

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Foi com perplexidade que o Grupo Parlamentar do PSD tomou conhecimento das notícias que dão conta do lançamento de um procedimento concursal, relativo à aquisição de um programa informático para Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (“DGAEP”), no valor de € 743.131, a um sábado, dia 11 de março, terminando o procedimento dois dias úteis depois, a 14 de março.

Mais surpreende, o facto de o prazo concedido para esclarecimento de eventuais dúvidas aos concorrentes ter sido fixado num dia, um domingo, data em que quer os serviços da administração, quer os dos concorrentes estão, naturalmente, encerrados.

Igualmente, não se compreende como é que a aquisição de um programa informático, para mais de tão avultado valor, possa, conforme justificação apresenta pela DGAEP, ser configurada como urgente.

Com efeito, a necessidade de aquisição de um programa informático de uma Direção Geral deve ser algo de gestão corrente, expectável e previsível, não se compreendendo como é que este tipo de necessidade não é devida e antecipadamente planeada, levando, alegadamente, a administração a ter de recorrer processos aquisitivos urgentes.

Deste modo, exercendo a senhora Ministra da Presidência direção sobre a DGAEP e sobre a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, importa esclarecer quais os reais contornos deste procedimento concursal e de que forma as regras da concorrência foram acauteladas face, nomeadamente, à exiguidade dos prazos em causa.

Em face do exposto, nos termos constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do PSD abaixo-assinados, solicitam a V. Exa. que diligencie junto do Ministério da Presidência, a resposta às seguintes questões:

- 1. Qual o procedimento contratual em causa e qual a sua finalidade?*
- 2. Entre os dias 11 e 14 de março o procedimento encontrava-se em que fase?*
- 3. Quais os fundamentos que levaram ao lançamento de um procedimento concursal, no valor de € 743.131 (setecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e um euros), a um sábado, terminando o mesmo, dois dias úteis depois?*
- 4. Tendo sido fixado o prazo para esclarecimentos de dúvidas num domingo, dia 12 de março, um dia após o lançamento do concurso, quem era a entidade habilitada junto da*

administração pública com responsabilidade de esclarecer as eventuais dúvidas dos concorrentes?

5. *Quais as entidades que solicitaram esclarecimentos e respetiva data de resposta por parte da Administração Pública?*
6. *Se a aquisição do programa informático em causa estava planeada e, em caso afirmativo, o que é que justificou, então, a existência de um procedimento de carácter urgente ou, no caso desta aquisição não estar planeada, qual a justificação para tal e porque é a mesma se revelou urgente?*
7. *De que forma as regras da concorrência e da contratação pública foram cumpridas em face da exiguidade dos prazos concedidos e dos dias de lançamento e de esclarecimento de dúvidas terem decorrido ao fim de semana?*
8. *Qual a identificação da entidade a quem foi adjudicado, ou com intenção de adjudicação, o contrato de aquisição de programa informático, em resultado do procedimento em causa?*
9. *Quais os contratos públicos que foram objeto de adjudicação a essa entidade, nos últimos 5 anos, com indicação da respetiva data, valor e identificação da entidade adjudicante?*

Palácio de São Bento, 28 de março de 2023

Deputado(a)s

LUÍS GOMES(PSD)

SOFIA MATOS(PSD)

JOÃO BARBOSA DE MELO(PSD)

ISAURA MORAIS(PSD)

FÁTIMA RAMOS(PSD)

FIRMINO MARQUES(PSD)

FIRMINO PEREIRA(PSD)

FRANCISCO PIMENTEL(PSD)

GERMANA ROCHA(PSD)

GUILHERME ALMEIDA(PSD)

JOANA BARATA LOPES(PSD)

JOÃO PRATA(PSD)

JORGE PAULO OLIVEIRA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

MIGUEL SANTOS(PSD)